

BRASÍLIA PARA ALÉM DAS ASAS E EIXOS: DESAFIOS E POTENCIALIDADES PARA A INCLUSÃO SOCIOPRODUTIVA NO TURISMO DO DISTRITO FEDERAL

Gustavo Patrício Bessa*, João Paulo Faria Tasso**, Marutschka Martini Moesch*** & Luiz Carlos Spiller Pena****

Resumo

O objetivo do estudo foi reconhecer quais os entraves e as potencialidades para a efetivação de um processo de comercialização direta, entre pequenos produtores rurais do Distrito Federal e o trade turístico de Brasília, com vistas a contribuir com a formulação de políticas públicas de inclusão socioprodutiva mais assertivas e eficazes. O estímulo à inclusão socioprodutiva no turismo, na região do DF, apresenta-se como uma prática fundamental, diante do quadro manifestamente de notória desigualdade socioeconômica local. A garantia de participação de grupos marginalizados nos benefícios econômicos do setor é uma premissa central para o desenvolvimento sustentável do território. A metodologia percorreu por: pesquisa bibliográfica e documental; mapeamento de grupos organizados do setor produtivo do turismo e dos produtores rurais; e realização de entrevistas semiestruturadas. Foram avaliados nove (09) fatores de influência, que contribuem ou prejudicam a inclusão socioprodutiva no turismo do DF. Os resultados apontam que a falta de regularização de terras para acesso a créditos, e a ausência de mão de obra, são, ainda, os principais fatores de influência no processo de inclusão socioprodutiva no turismo de Brasília.

Palavras-chave: Turismo; Desigualdade Socioeconômica; Inclusão Socioprodutiva; Brasília.

BRASÍLIA BEYOND WINGS AND AXLES: CHALLENGES AND POTENTIAL FOR SOCIO-PRODUCTIVE INCLUSION IN FEDERAL DISTRICT'S TOURISM

Abstract

The objective of the study was to recognize the obstacles and potential for the realization of a direct marketing process, between small rural producers from Federal District and the tourist trade in Brasília, with a view to contributing to the formulation of more assertive and effective public policies for socio-productive inclusion. Encouraging socio-productive inclusion in tourism, in the DF region, is presented as a fundamental practice, given the manifest situation of notorious local socioeconomic inequality. Ensuring marginalized groups' participation in the economic benefits of the sector is a central premise for the territory's sustainable development. The methodology covered: bibliographic and documentary research; mapping organized groups in the tourism and rural production sectors; and conducting semi-structured interviews. Nine (09) influencing factors were evaluated, which contribute or hinder socio-productive inclusion in tourism in the DF. The results indicate that the lack of land regularization for access to credits, and the lack of labor, are still the main influencing factors in the process of socio-productive inclusion in tourism in Brasília.

Keywords: Tourism; Socio-economic Inequality; Socio-productive Inclusion; Brasília.

BRASÍLIA MÁS ALLÁ DE ALAS Y EJES: DESAFÍOS Y POTENCIALIDADES DE LA INCLUSIÓN SOCIOPRODUCTIVA EN TURISMO EN EL DISTRITO FEDERAL

Resumen

El objetivo del estudio fue reconocer los obstáculos y potencialidades para la realización de un proceso de comercialización directa, entre pequeños productores rurales del Distrito Federal y el comercio turístico de Brasília, con miras a contribuir a la formulación de políticas públicas para la inclusión vía actividades socioproyectivas más assertivas y eficaces. Fomentar la inclusión socioproyectiva en el turismo en la región del DF se presenta como una práctica fundamental, dada la situación manifiesta de desigualdad socioeconómica local. Asegurar la participación de los grupos marginados en los beneficios económicos del sector es una premisa central para el desarrollo sostenible del territorio. La metodología abarcó: investigación bibliográfica y documental; mapeo de grupos organizados en el sector productivo del turismo y productores rurales; y realización de entrevistas semiestructuradas. Se evaluaron nueve (09) factores influyentes que contribuyen a o dificultan la inclusión socioproyectiva en el turismo del DF. Los resultados indican que la falta de regularización de tierras para el acceso al crédito y la escasez de mano de obra siguen siendo los principales factores que influyen en el proceso de inclusión socioproyectiva en el turismo de Brasília.

Palabras clave: Turismo; Desigualdad Socioeconómica; Inclusión Socioproyectiva; Brasília.

HOW TO CITE: D'souza, E. (2025). Bessa, G. P.; Tasso, J. P. F.; Moesch, M. M. & Spiller Pena, L. C. (2025). Brasília para além das asas e eixos: desafios e potencialidades para a inclusão socioprodutiva no turismo do Distrito Federal. *Anais Brasileiros de Estudos Turísticos*, v. 15, n. 1 (Edição Regular), 1 – 13, Jan./Dez. Retrieved from: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/abet/article/view/51235>

DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.18061577>



Licenciada por Creative Commons
4.0 / Internacional
CC BY 4.0

* Bacharel em Turismo/UnB (2023). Assessor Técnico na Secretaria de Estado de Turismo do Distrito Federal. CV: https://www.cnpq.br/cvlattesweb/PKG_MENU.menu?r_cod=27E9782A3C6F19ACD121BD0596F19588# [gustavobessa.turismo@gmail.com]

** Doutorado em Desenvolvimento Sustentável/UnB (2014), com período sanduíche/ASU (2013). Mestrado em Desenvolvimento Sustentável/UnB (2011). Bacharelado em Turismo/UNESP (2007). Pós-Doutorado em Ética, Políticas Públicas e Turismo/UFRN (2021). Coordenador de Pós-Graduação e Professor no Centro de Excelência em Turismo - CET/UnB. Líder do Laboratório de Estudos em Turismo e Sustentabilidade (LETS), CV: <https://lattes.cnpq.br/8501815511514126> [jpfariatasso@gmail.com]

*** Doutorado em Comunicação Social ECA/USP (2004), Mestrado em Comunicação Social FAMECOS/PUCRS (2000), Especialização Educação, FACED/UFRGS (1988). Bacharelado e Licenciatura Plena em Ciências Sociais, UNISINOS (1982). Licenciatura Curta em Estudos Sociais, PUCRS (1970). Pós-Doutorado em Ecossistema Turístico e Desenvolvimento Territorial PPG Geografia, UFRGS, 2018. Professora Adjunta do CET/UnB, Diretora do CET/UnB, Líder do Grupo de Pesquisa Políticas Públicas em Turismo (NPPTUR). Currículo: <http://lattes.cnpq.br/4591055346328481> [marumoesch@gmail.com]

**** Doutorado em Saneamento e Ambiente/Unicamp (2009). Mestrado em Antropologia Social/Unicamp (1999). Graduação em Arquitetura e Urbanismo/USU (1987). Pós-Doutorado em Geografia/UnB (2019). Vice-diretor e Professor no Centro de Excelência em Turismo - CET/UnB. CV: <https://lattes.cnpq.br/9003281527389155> [spilena@gmail.com]

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo apresenta, como objeto de estudo, os fatores de influência – que contribuem ou prejudicam – nos processos de inclusão socioprodutiva no turismo do Distrito Federal. A inclusão produtiva pode ser definida como a inclusão de pessoas, em situação de vulnerabilidade socioeconômica, no mercado de trabalho, seja pelo emprego formal ou pelo empreendedorismo, de modo que estas possam gerar a sua própria renda, digna e estável, como forma de superar um processo crônico de desigualdade e exclusão social (Sebrae, 2021).

O relatório *“Construction of more equitable cities: Public Policies for Inclusion in Latin America”*, publicado em 2014 pelas Nações Unidas, constatou que a capital federal, Brasília-DF, apresentou o maior coeficiente de concentração de renda do país (0,67), tornando-se a capital nacional com maior desigualdade da América Latina, posicionada na categoria “Extrema Desigualdade” (UN-Habitat, 2014).

Brasília, construída para estimular o crescimento da economia mediante a interiorização e a integração entre as regiões, se estabeleceu como uma metrópole, com a terceira maior população do Brasil, próxima a três milhões de habitantes. Em 2022, a economia de Brasília cresceu 4,3% em relação ao ano anterior, com um PIB de R\$ 337,063 bilhões (SEDET, 2023). As atividades relacionadas ao turismo nesse território têm contribuído com quase 3% desse valor (OTDF, 2023), o que demonstra que, mesmo tendo se firmado como centro político, “é o principal destino dos imigrantes internos e tem potencial para tornar-se um importante destino turístico do País” (Pereira & Avena, 2018, p. 102).

Para além do potencial, supracitado, o setor de produção rural do Distrito Federal apresenta números expressivos. São mais de 8.000 produtores rurais, dos quais três em cada quatro se enquadram no modelo de agricultura familiar (Emater-DF, 2019). O DF produz anualmente quase 32 mil toneladas de frutas (Agência Brasília, 2022), o que diversifica ainda mais a composição econômica da região.

Atualmente, com vários tecidos urbanos sobrepostos, a capital brasileira passa por problemas comuns e mudanças significativas, como de outras grandes cidades. Os núcleos urbanos implantados fazem parte de um sistema interligado, interagente e interdependente, fazendo de Brasília uma cidade polinucleada, com o Plano Piloto (centro), e com seus assentamentos periféricos (cidades-satélites). “A cidade que fora designada para ser socialmente igualitária, abriga, hoje, uma população submetida a desiguais encargos sociais e econômicos” (Paviani, 2010, p. 92).

O contexto de vulnerabilidade socioeconômica regional configura-se como realidade da maioria dos pequenos produtores rurais locais. Em maior proporção, esses produtores estão localizados em regiões periféricas ao Plano Piloto, onde os níveis de pobreza são consideráveis (IPEDF, 2022). Ainda que o setor de turismo movimente, significativamente, a economia local, a cidade apresenta disparidades socioeconômicas e uma segregação espacial intrínseca à sua realidade, desde o início de sua fundação (UN-Habitat, 2014).

Discute-se neste artigo uma região com alto potencial

para negócios e eventos, com grande fluxo turístico (nacional e internacional), atraído, dentre outras coisas, pela exuberância arquitetônica da capital federal. Porém, um dos territórios mais desiguais da América Latina.

Sabendo que o turismo é um instrumento de dinamização da economia, que demanda por insumos alimentares para serem ofertados em seu mercado, e que existe um número expressivo de produtores rurais em situação de pobreza e de desigualdade socioeconômica no DF, pergunta-se: *quais são os obstáculos que dificultam a inserção de insumos de pequenos produtores rurais no mercado turístico de Brasília? Como estimular a inclusão socioprodutiva desses atores?*

O objetivo do estudo foi reconhecer quais os entraves e as potencialidades para a efetivação de um processo de comercialização direta, entre pequenos produtores rurais do Distrito Federal e o trade turístico de Brasília, com vistas a contribuir com a formulação de políticas públicas de inclusão socioprodutiva mais assertivas e eficazes.

O artigo está dividido em três tópicos, além desta Introdução e das Considerações Finais. O primeiro tópico percorre pela discussão teórica sobre temas centrais do estudo: Turismo e Inclusão Socioprodutiva. O segundo descreve os procedimentos metodológicos adotados na pesquisa. O terceiro e último apresenta a análise dos resultados e reflexão crítica, incluindo uma breve contextualização socioeconômica do Distrito Federal.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Sistema Complexo do Turismo

Compreender o turismo é, antes de mais nada, superar paradigmas fossilizados e adotar uma abordagem complexa do fenômeno (Moesch, 2004). O turismo é um setor com significativa capacidade de empregabilidade, e que dinamiza a base econômica local, regional e nacional (Kunz, 2012). O seu crescimento é mais rápido que o de comércio de mercadorias, e é a terceira maior categoria de exportação do mundo (UNWTO, 2019).

No entanto, esta não é a única interface do turismo. Diferentes correntes epistemológicas o entendem a partir da teoria da complexidade (Tadioto, Jung de Campos & Vianna, 2022; Telles & Valduga, 2015).

(...) a complexidade é um tecido [...] de constituintes heterogêneas inseparavelmente associadas: ela coloca o paradoxo do uno e do múltiplo. [...] é efetivamente o tecido de acontecimentos, ações, interações, retroações, determinações, acasos, que constituem o mundo fenomênico. (Morin, 2005, p.13)

A complexidade atrelada ao turismo permite interpretá-lo por meio do pensamento sistêmico (Bertalanffy, 1968), ou seja, como um sistema vivo, multisectorial, dinâmico, interdisciplinar, transversal e multidimensional (Beni, 2020), que interconecta o homem e a natureza, auto-organiza-se e autoproduz-se dentro de um ecossistema (Beni & Moesch, 2017).

O turismo não é um fenômeno isolado. Possui múltiplas facetas, pois penetra em muitos aspectos da vida

humana, quer de forma direta, quer de forma indireta (Rejowski, 1996). Dessa forma, as práticas do turismo podem impactar ou ser impactadas pelo ambiente ao seu redor. Ou seja, está embutido em um quadro ecossistêmico, permeado por uma realidade dinâmica, viva, orgânica e mutável (Beni & Moesch, 2017).

Teoricamente, os benefícios do Turismo deveriam produzir ganhos muito superiores aos seus custos (Theobald, 2002; Dallagnol, 2012). No entanto, modelos não planejados de desenvolvimento turístico, pautados no progresso econômico a qualquer custo e na irresponsabilidade (de gestão e de operacionalização das atividades), acabam gerando uma série de impactos negativos, tais como: perturbação sobre o meio ambiente atingido; perda da identidade cultural; saturação das capacidades de carga psicológica ou social (Liu, 2003), incluindo a construção do medo do crime (Coutinho, Nóbrega & Fazito, 2020); processos de favelização e de explosão populacional; disposição de lixo e de resíduos nos principais pontos de atratividade; ameaça à biodiversidade e às áreas naturais protegidas; exploração sexual de crianças e adolescentes; empregos sem o cumprimento de direitos trabalhistas; modificações das paisagens originais e processos de gentrificação (Battaller & Botelho, 2012); crises nos sistemas públicos de saúde e de infraestrutura; reduzida participação comunitária nos benefícios econômicos do turismo (Krippendorf, 2016; Fonteles, 2008); exclusão social e socioprodutiva (Tasso, 2014); dentre outros.

A perda da qualidade de vida das comunidades anfitriãs têm sido uma preocupação crescente e evidente na contemporaneidade. A proposta de integrar as comunidades locais às práticas do turismo, como forma de desenvolvimento inclusivo nos territórios (Moser, Francisco & Guerra, 2024), esteve presente no Código Mundial de Ética do Turismo (UNWTO, 2015, p. 05):

As populações e comunidades locais se associarão às atividades turísticas e terão participação equitativa nos benefícios econômicos, sociais e culturais relacionados, especialmente na criação direta e indireta de empregos no local.

Admite-se que o turismo pode se tornar um instrumento indutor de desenvolvimento, sobretudo o sustentável (Kunz, 2012). O desenvolvimento sustentável pauta-se na redução das desigualdades, abrangendo a interdisciplinaridade em seus processos, estando “ligado a uma nova visão relacionada à qualidade de vida, sem deixar de buscar a eficiência produtiva; volta-se para as necessidades dos indivíduos, para a participação desses na região, como atuantes nesse processo de desenvolvimento” (Bassan & Siedenberg, 2008, p. 152). Em outras palavras, a materialização desse desenvolvimento endógeno, em questão, faz-se pela criação de caminhos viáveis para que o turismo inclua socialmente esses indivíduos como participantes desse processo.

2.2 Inclusão Socioprodutiva no Turismo

A Lei Orgânica do Distrito Federal (LODF), prevê que

“O Poder Público promoverá e incentivará o turismo como fator de desenvolvimento socioeconômico” (GDF, 2022), e que deverá “conscientizar a população da necessidade (...) do turismo como atividade econômica e fator de desenvolvimento social” (GDF, 2022). Logo, as iniciativas de inclusão socioeconômica pelo turismo se justificam ao passo que esse setor tem potencial para gerar trabalhos decentes, emprego e renda em seus subsetores, garantindo a diversidade e a equidade na oferta de oportunidades (Kiliç & Yanikoğlu, 2023) e a capacidade para combater a pobreza e a exclusão socioeconômica e socioprodutiva, contribuindo com a sustentabilidade do destino (Tasso, 2014).

Parte-se do pressuposto de que o “trabalho decente” considera uma remuneração justa e adequada, e deve ser exercido em segurança, em condições de liberdade, e garantindo formas dignas de vida às pessoas que o exercem. Ou seja, para além da mera viabilização de oportunidades de serviço ou de vaga de emprego (OIT, 2006).

Nesse contexto, a proposta da inclusão socioprodutiva não se restringe ao simples acesso ao mercado, mas, fundamentalmente, acesso a direitos econômicos e sociais, como financiamentos adequados, assistência técnica continuada e apropriada, cobertura previdenciária, emancipação (diminuindo a dependência de programas e benefícios dos governos), geração de trabalho e renda (Sell et al., 2023), e potencialização da arte e do saber-fazer local (Kraychete & Santana, 2012; Souza, 2013).

A inclusão socioprodutiva tornou-se um mantra para a ação do Estado e da sociedade civil organizada (Niederle, 2017). Assumindo distintos significados, pode ser compreendida como uma ação voltada à conquista de autonomia, por meio da preparação de cidadãos capazes de se integrar ao mundo pelo trabalho (Brasil, 2012). Mais do que isso. Este processo deve conduzi-los a uma vida digna e com direitos socioeconômicos assegurados.

Simultaneamente e paralelamente, a inclusão socioprodutiva pode transpassar os processos de desenvolvimento turístico local de forma a alcançar, por meio de oportunidades de trabalho e renda, uma distribuição mais equitativa dos benefícios econômicos desse setor por todos os atores que compõem o sistema produtivo local de turismo (SPLT) (Tasso et al., 2021). Habitualmente, pela comercialização direta de insumos e de produtos locais (alimentos *in natura*, produtos beneficiados ou artesanato) (Tasso, 2014).

Por entender que tais insumos possam ser efetivamente viabilizados por pequenos produtores – “inclui todos aqueles envolvidos em atividades de pequena escala realizadas fora do universo das empresas modernas” (Sachs, 2004, p. 48-9) – a pesquisa direcionou seus olhares para a inclusão socioprodutiva desses grupos (economicamente vulneráveis) no mercado de turismo de Brasília-DF.

2.3 Síntese

A inclusão socioprodutiva no turismo, como estratégia de enfrentamento do cenário de desigualdade socioeconômica evidenciado no DF - que acomete,

principalmente, grupos de pequenos produtores rurais - pressupõe, antes de mais nada, a compreensão de seus pressupostos intrínsecos e os obstáculos que se impõem aos processos de fomento.

Ainda que seja possível reconhecer, em todo o território brasileiro, um amplo repertório intervenções voltadas à inclusão socioprodutiva – por meio de políticas públicas com distintos perfis operacionais e de financiamento – notam-se elementos de sobreposição, complementaridade e até contradição entre elas (Silva, 2020).

Nesse contexto, estudos sobre fatores de influência nos processos de inclusão socioprodutiva no turismo são fundamentais para nortear adaptações nas ações públicas, por meio do fortalecimento de novas concepções na formulação de políticas, de novas metodologias, de novas formas de intervenção, de comercialização e de abastecimento alimentar (Schmitt, 2011; Niederle, 2017).

Souza (2013) ressalta que, para que a inclusão produtiva seja bem-sucedida, não se faz suficiente apenas a existência de oportunidades, mas de protagonismo das mesmas. “A inclusão produtiva requer, além de vontade política, mudanças estruturais” (Souza, 2013, p. 294).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A presente pesquisa tomou como referencial o estudo de Tasso (2014), que abordou como objeto de reflexão os obstáculos à inclusão socioprodutiva no turismo, com recorte territorial em dois destinos nacionais: Lençóis Maranhenses (MA) e Jericoacoara (CE). O referido estudo contribuiu diretamente para a delinear dação desta pesquisa (agora sob o enfoque territorial da região do Distrito Federal), entre outras formas, pelo detalhamento de nove fatores de inclusão socioprodutiva (Tabela 1), que foram utilizados para testagem no território Centro-Oeste.

A pesquisa, ora apresentada, percorreu por abordagem qualitativa, por entender que esta tem princípios orientados na fenomenologia, especialmente no estudo do comportamento humano e social, fundamentado na relação dinâmica entre o sujeito e o objeto, sem necessariamente se preocupar com qualquer representatividade numérica do grupo pesquisado (Goldenberg, 2011). Justifica-se por “reconhecer que o conhecimento é uma construção coletiva que parte da realidade dos sujeitos, mediada por processos de reflexão e desvelamento da realidade estudada” (Alves, 2011).

Justamente por se propor a compreender essa relação dinâmica entre o sujeito e o objeto de estudo, com vistas a possíveis alternativas, é também uma pesquisa de natureza aplicada. Não se busca estudar apenas o fenômeno por si só, mas também o seu respectivo significado individual ou coletivo para a vida das pessoas. De acordo com Alves (2011), é indispensável entender o que os fenômenos socioculturais em geral, e nesse caso o turismo com toda sua complexidade, representam para os sujeitos inseridos em contextos específicos. Ou seja, o que será gerado de conhecimento para uma aplicação prática em problemas específicos e que envolvam interesses locais e territoriais.

Tabela 1: Fatores de influência para a comercialização direta e suas características

FATOR	CARACTERÍSTICA
Nota fiscal	Disponibilidade de apresentação de Nota Fiscal aos consumidores, como fundamental a alguns estabelecimentos que precisam de tal documento para prestação de contas.
Condições de pagamento	Grandes redes hoteleiras, assim como alguns restaurantes e bares, demandam por um prazo para efetivação dos pagamentos, em média de até 20 dias.
Estrutura de beneficiamento	Oferta de insumos beneficiados requer também investimentos em estruturas físicas, equipamentos específicos, aquisição de embalagens, etc. Parte dos estabelecimentos do <i>trade</i> turístico priorizam fornecedores que lhes fornecem produtos beneficiados.
Disponibilidade logística	Disponibilidade de transportes adequados para o escoamento dos produtos até os estabelecimentos. Ou acesso facilitado a áreas rurais.
Regularidade no fornecimento	Garantia de fornecimento dos insumos durante todo o ano, independentemente da sazonalidade de cada espécie e das características climáticas.
Capacitação técnica e gerencial	Conhecimento técnico em todas as etapas, desde o manejo, passando pelo beneficiamento do produto, até a entrega.
Registros de inspeção sanitária	Registros dos produtos pelo sistema nacional de avaliação e controle da produção de alimentos comestíveis ou não. Disponibilidade de selos de inspeção sanitária federal (SIF), estadual (SIE) ou municipal (SIM).
Suficiência na produção	Atendimento da quantidade, qualidade e padronização exigidos pelos consumidores.
Organização coletiva de trabalho	Participação em grupos organizados de trabalho, como cooperativas, sindicatos, colônias, etc.

Fonte: elaboração dos próprios autores, a partir de Tasso, 2014.

O estudo perpassou por um caminho metodológico subdividido por cinco etapas:

1. Levantamento bibliográfico e documental sobre os temas centrais abordados (inclusão socioprodutiva e turismo), e sobre o contexto socioeconômico e turístico de Brasília e DF. Para tanto, foi realizada pesquisa junto a bases de periódicos nacionais e internacionais, tais como: Periódicos Capes, SciELO e plataforma de Publicações em Turismo (USP);
2. Mapeamento de grupos organizados representativos do *trade* turístico de Brasília e de pequenos produtores rurais, por meio de plataformas oficiais de órgãos e institutos, como Emater-DF, Codeplan/IPEDF, Secretaria de Turismo, Federação da Agricultura e Pecuária (Fape-DF), sindicatos, dentre outros relevantes;
3. Elaboração do instrumento de pesquisa (roteiro para entrevistas semiestruturadas), que buscou reconhecer aspectos como: quais os grupos de pequenos produtores rurais ativos no DF e as características da

- produção regional; formato de comercialização atual; percepção dos atores sobre os principais obstáculos para inclusão socioprodutiva no Turismo do DF; ordem de relevância entre os nove fatores testados;
4. Realização do trabalho de campo com aplicação presencial do instrumento no formato de entrevista semiestruturada junto a representantes dos grupos de interesse: presidente do Sindicato de Hotéis, Bares, Restaurantes e Similares do Distrito Federal (SINDHOBAR); representante da Empresa de Assistência e Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal (Emater-DF); presidente do Sindicato dos Floricultores, Fruticultores e Horticultores do Distrito Federal (SINDIFHORT); dois pequenos produtores rurais, sendo um do Lago Oeste, em Sobradinho, e outro do Núcleo Rural Alexandre Gusmão, em Brazlândia;
 5. Sistematização dos dados obtidos, por meio da criação de categorias de análise, e reflexão crítica sobre os resultados.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.1 Locus e Objeto de estudo

4.1.1 Contextualização Socioeconômica do Distrito Federal

Ainda que Brasília seja uma das capitais mais novas do Brasil, entre os centros urbanos com maior número populacional, a capital federal fica atrás apenas de São Paulo e do Rio de Janeiro, com um total de 2.817.068 habitantes (IBGE, 2022).

O processo de desenvolvimento do DF perpassa pelas premissas do “Plano Estratégico do DF 2019-2060” (GDF, 2019), o qual definiu quatro fundamentos principais para o fortalecimento da capital federal:

- (a) A vocação de Brasília em ser uma cidade síntese do futuro;
- (b) O compromisso com os cidadãos, e a responsabilidade em gerar legados para gerações futuras;
- (c) Pensar a cidade com uma dupla competência: prover políticas públicas enquanto estado e enquanto município;
- (d) A percepção, para o Brasil e para os brasileiros, de que o desenvolvimento socioeconômico nessa cidade não é uma utopia, mas uma realidade possível.

Brasília foi e é uma cidade construída para o futuro, diante do marco da arquitetura e urbanismo modernos, com valor histórico, arqueológico, científico, antropológico, etnológico e estético. Reconhecida pela UNESCO, em 1987, com o título de “Patrimônio Cultural da Humanidade” (Brasil, 2023), o seu potencial turístico tem crescido cada vez mais. Desde 2018 foram arrecadados R\$186.478.972,15 bilhões através de imposto sobre serviços (ISS), referente às atividades listadas como “diversões”, “turismo” e “hotelaria” (OTDF, 2023), como detalhado na Tabela 2.

Tabela 2: Arrecadação do ISS (R\$) em atividades ligadas ao Turismo (2018 a 2022)

Diversões	Turismo	Hotelaria	Total
32.700.064,88	50.103.652,78	103.675.254,49	186.478.972,15

Fonte: próprios autores, a partir do OTDF (2023).

A capital federal revela, além de sua vocação para o turismo cívico, inclinação para o turismo de negócios e eventos. Brasília é apontada como a 3^a cidade do país que mais recebe eventos de grande porte (OTDF, 2023). De acordo com a INFRAMERICA, empresa administradora do Aeroporto Internacional de Brasília, no primeiro trimestre de 2023 foi registrado um aumento de 11% no fluxo em relação ao mesmo período do ano passado, totalizando mais de 3,5 milhões de passageiros, domésticos e internacionais. O aeroporto, além de ser o 3º maior *hub* do país, e de operar com duas pistas de voo simultaneamente, tem voos diretos para todas as capitais brasileiras e para sete destinos internacionais, diversificando a oferta e a demanda de turistas (Inframerica, 2023).

Além de equipamentos públicos de suporte ao turismo, como os Centros de Atendimento ao Turista (CAT), a cidade possui uma rede de serviços, mão de obra privada e infraestrutura que contribuem diretamente com o setor. No Cadastro de Prestadores de Serviços Turísticos (CADASTUR), é possível ter uma dimensão do número de prestadores de serviços turísticos da capital federal (Tabela 3):

Tabela 3: Quantidade de prestadores de serviços turísticos por atividade

	Meios de Hospedagem	Restaurantes, cafés e similares	Guias de Turismo	Agências de Turismo
Nº de Prestadores	131	650	384	861

Fonte: próprios autores, a partir do Cadastur (2023).

O Distrito Federal, por sua vez, possui a singularidade de indivisibilidade do território em municípios. Organiza-se em 35 Regiões Administrativas (RAs), integrantes da estrutura administrativa do Governo do Distrito Federal (GDF, 2023). Se aproxima, cada vez mais, de se tornar uma megalópole polinucleada, e com o seu tecido social estratificado e segregado (Barroso, 2008).

De acordo com o IBGE, no ano de 2022, a renda mensal domiciliar per capita do DF foi a maior do Brasil, registrando R\$2.913,00. Pela análise do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), o cenário não é diferente. O DF também ocupa a primeira posição na média das unidades da federação, com uma pontuação de 0,824 (IBGE, 2022), e atestou uma renda média mensal por domicílio, em 2021, de R\$6.938,40 (IPEDF, 2023).

Entretanto, a distribuição da renda vultosa, evidenciada por tais índices, é nitidamente caracterizada por desigualdade. Enquanto o Plano Piloto (regiões centrais que formam Brasília) possui uma renda média mensal por

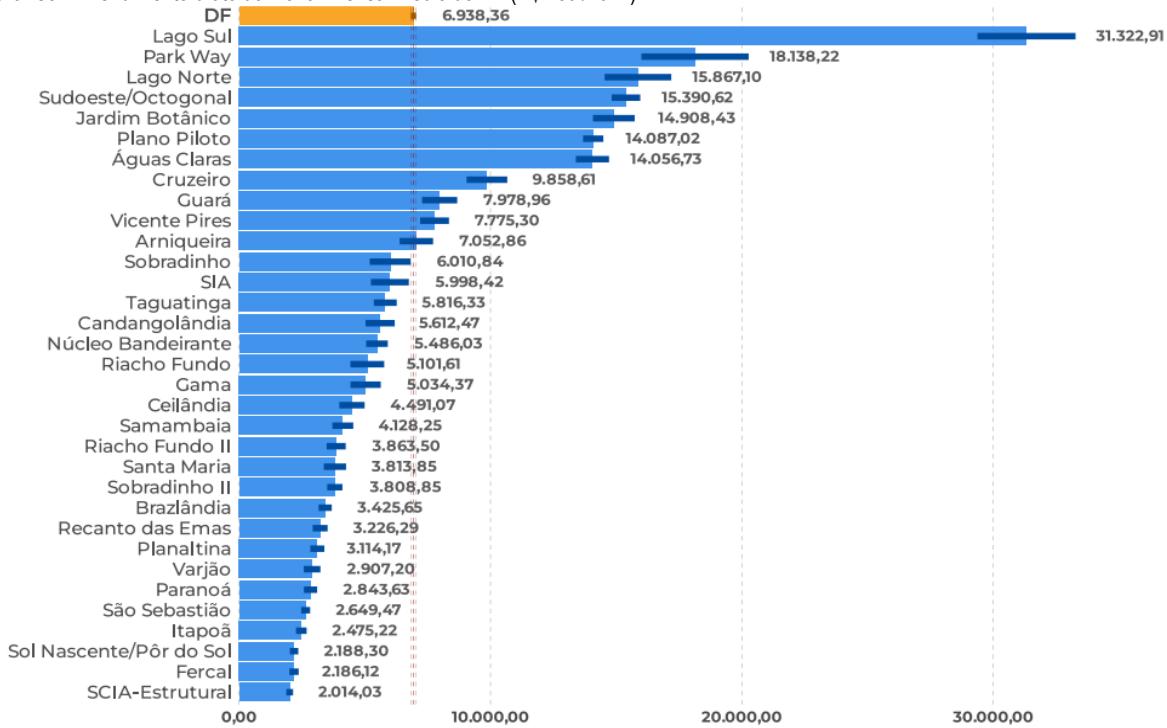
domicílio de R\$14.087,02, outras regiões administrativas do DF, como o Setor Complementar de Indústria e Abastecimento (SCIA-Estrutural), se mantêm com R\$2.014,03. Isso resulta em um valor médio por pessoa de R\$7.051,60 e de R\$695,40, respectivamente (IPDF, 2023).

No Gráfico 1, é possível reconhecer essa concentração de renda nas 33 regiões administrativas do DF. É evidente a discrepância econômica entre as RA's do DF. Pela análise do Gráfico 1, pode-se notar que a maioria delas se encontra abaixo da linha da renda média mensal do

DF e, não por coincidência, encontra-se também em regiões mais distantes do Plano Piloto.

Brasília tem seu modelo de planejamento baseado nas premissas do planejamento regional, inspirado na cidade-jardim. Os princípios são “a descentralização da grande metrópole, a partir de um sistema de cidades-satélite, a presença de um cinturão verde e um sistema de estradas-parque (ou seja, rodovias que cortam o espaço natural), ligando os núcleos urbanos” (Martins & Lima Neto, 2015, p. 07).

Gráfico 1: Rendimento bruto domiciliar mensal médio do DF (R\$ - Jul/2021)

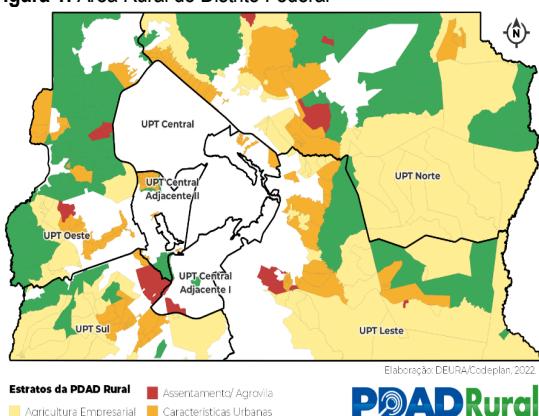


Fonte: IPDF, 2023.

Com a idealização do cinturão verde entre o Plano Piloto e as regiões periféricas e com a política de controle do fluxo migratório (impedimento de entrada de veículos na área do Plano Piloto), migrantes passaram a ocupar áreas improvisadas fora do limite desse cinturão, delimitado pela Estrada Parque do Contorno (EPCT). Assim, surgiram os primeiros assentamentos urbanos, como Gama, Taguatinga e Sobradinho (Martins & Lima Neto, 2015). As demais áreas vazias do território passaram por um fenômeno de parcelamento irregular de terras rurais, públicas e privadas, que Brasília sofreu a partir de 1990, conduzindo à dispersão da residência pelo território, e seguindo um padrão extensivo e horizontal de urbanização.

Esse histórico, revela o porquê da grande quantidade de áreas rurais no território do Distrito Federal. As mesmas RA's, abordadas anteriormente como regiões abaixo da linha da renda média mensal, também estão inseridas, ou têm em seu território, um contexto rural. O DF, em todo o seu território (5.760.784 km²), possui apenas 590,22 km² de área urbanizada (IBGE, 2019). Isso equivale a menos de 11% de toda a sua extensão. É certo que a densidade populacional nesta região é mais alta, porém, a população rural dessa unidade da federação deve ser levada em consideração.

Figura 1: Área Rural do Distrito Federal



Fonte: IPDF, 2022.

De acordo com a Emater-DF (2019) há, no DF, pouco mais de 8.200 produtores rurais que se reconhecem como agricultores familiares. A agricultura familiar tem uma elevada capacidade de absorver um considerável contingente de mão de obra, com alto grau de empregabilidade, exercendo, assim, uma função de

amortecimento do fluxo migratório campo-cidade. (Codeplan, 2015). A ideia de agricultura familiar, aqui entendida, é a de que ela se orienta para reprodução e provimento das necessidades da família, diferentemente da agricultura empresarial, que prioriza a maximização do lucro com base na extração do trabalho assalariado (Chayanov, 1974).

Na Figura 1 é possível identificar as regiões do DF com maior dinâmica da agricultura familiar. Com 70% do território classificado como área rural, o DF tem aumentado a sua capacidade produtiva, e mostrado que tem vocação agrícola. Totalizam 156,8 mil hectares que, principalmente, contam com a produção de grãos, hortaliças e frutas (ANATER, 2023).

A mais de 50 km do Plano Piloto, Brazlândia é o polo de produção de frutas do DF, principalmente morango e goiaba. Ceilândia se destaca pela produção de hortaliças de todas as espécies. A região do Gama, que abrange parte dos produtores das RA's do Recanto das Emas e de Santa Maria, tem grande produção de hortaliças folhosas, como a alface. Entretanto, o território como um todo tem grande potencial de produção de soja, milho, feijão e trigo, além de frutos, como banana, limão, tomate e pimentão (ANATER, 2023).

Apesar dos números expressivos, e da grande produção rural no DF, essas comunidades de pequenos produtores rurais ainda se encontram em situação de vulnerabilidade socioeconômica. No ano de 2022 foi realizada a “Pesquisa Domiciliar de Amostra por Domicílios – Rural”, publicada pelo Instituto de Pesquisa e Estatística (IPEDF, 2022).

A primeira observação apresentada foi de que as localidades que apresentam maior concentração de renda são, justamente, as áreas mais urbanizadas do DF. Em contrapartida, as áreas mais pobres e com menores rendas, possuem grandes extensões de área rural no território. Além disso, dados relativos à população dessas últimas regiões, como em relação à infraestrutura, atestaram que apenas 44,54% são atendidas por iluminação pública, 21,56% possuem ruas asfaltadas, 14,18% possuem calçadas, e 9,99% são atendidas por rede de águas pluviais (IPEDF, 2022). Na área rural, ainda, 84,34% dos moradores entrevistados não possuem plano de saúde contratado, e a insegurança alimentar atinge cerca de um terço dos domicílios, com maior incidência em domicílios onde residem menores de idade (IPEDF, 2022).

Nessa configuração do espaço, aprofunda-se a segregação socioeconômica (espacial) entre o Plano Piloto e as cidades-satélites, assentamentos e invasões, que concentram “uma série de problemas comuns ao espaço periférico e pauperizado das grandes cidades” (Barroso, 2008, p. 20).

4.2 Discussão dos Dados

A partir das entrevistas realizadas e dos dados coletados, foi utilizado o procedimento de análise a partir da categorização. Dessa forma, foi possível identificar divergências, convergências e complementações entre as narrativas dos entrevistados, assim como reconhecer

possíveis fatores de influência no processo de inclusão socioprodutiva no turismo do DF. As categorias de análise definidas a partir das respostas das entrevistas foram: grupos ativos de pequenos produtores rurais do DF; características da produção regional; formato da comercialização atual; obstáculos para inclusão socioprodutiva no turismo; e relevância dos nove fatores testados.

No que se refere aos “grupos ativos de pequenos produtores rurais do DF”, pôde-se perceber pelas entrevistas informações imprecisas (não concretas), tanto por parte do representante do SINDHOBAR, quanto pelos próprios produtores e pela representante do SINDIFHORT. Não se sabe, ao certo, quantos são os grupos ou o número exato de pequenos produtores rurais presentes no território do DF. No entanto, como pontuou a representante da Emater-DF, é perceptível como característica a grandiosidade da área rural do DF e as diferentes realidades entre produtores existentes, subdivididos em 15 sub-regiões, conforme produção e porte.

O entrevistado do Núcleo Rural Alexandre Gusmão, em Brazlândia, afirmou que existem mais de 06 mil pequenos produtores rurais no DF, mas que o número que recebe suporte ou atendimento pelo SENAR e Emater-DF, por exemplo, não chega a 600 produtores. Apesar de não se ter um número absoluto geral, a representante do SINDIFHORT destacou que, cadastrados nos sindicatos, são mais de 200 pequenos produtores rurais, e na Associação dos Produtores e Hortifrutigranjeiros do DF e Entorno (ASPHOR), existem mais de 800 produtores rurais cadastrados.

Tratando-se das “características da produção regional”, quando se indagou aos entrevistados sobre quais os insumos produzidos, as respostas foram unânimes ao destacarem produtos como grãos, folhagens e hortaliças (centro, cebolinha, rúcula e manjericão). Para além desses insumos, a representante do SINDIFHORT considera que o hortifrutí é uma força no Distrito Federal: “Morango, goiaba, uva, tomate, limão, e até mesmo a produção de pitaya tem crescido bastante aqui”. Já o representante do SINDHOBAR afirmou que o tomate, a cebola, a mandioca e a beterraba são produtos fortes no DF.

Quanto ao “formato da comercialização atual”, a principal dinâmica de comercialização, segundo os representantes do SINDHOBAR e da Emater-DF, é feita, principalmente, em feiras maiores, como a Central de Abastecimento do Distrito Federal (CEASA-DF), ou em feiras menores, locais, das próprias regiões administrativas. Entretanto, para a representante do SINDIFHORT, a principal forma de comercialização dos produtos se dá por meio de contratos firmados com projetos específicos como, por exemplo, o de atendimento à merenda escolar. A presidente afirmou que, por uma logística organizada pelo sindicato, é possível atender escolas públicas do Gama, algumas na região administrativa de Santa Maria, e escolas do Plano Piloto.

O presidente do SINDHOBAR citou que o produtor rural que consegue se organizar melhor, que tenha disponibilidade logística de entrega e que garanta a entrega em qualquer período, não somente na entressafra, por

exemplo, “estes fazem entrega diretamente em alguns pontos na cidade (Brasília)”. Isso se confirma no relato de ambos os produtores, de Sobradinho e Brazlândia, que afirmaram comercializarem seus produtos em lojas e restaurantes no Plano Piloto. No entanto, isso é uma exceção. Ainda de acordo com o presidente, a grande maioria das aquisições, segundo ele, é através da intermediação de empresas localizadas no CEASA. “Estes são os grandes fornecedores de hotéis, bares e restaurantes”.

Ainda sobre os formatos de comercialização, houve respostas comuns entre os representantes da Emater-DF e do SINDHOBAR, quanto ao conhecimento sobre uma Plataforma desenvolvida pela própria Emater-DF (chamada de “Põe na Cesta”), em que produtores podem se cadastrar e publicizar os seus produtos gratuitamente, para comercializá-los com público de consumidores geral. Porém, a representante do SINDIFHORT e os produtores entrevistados, disseram não ter conhecimento sobre a existência de tal plataforma.

Tabela 4: Principais obstáculos para a inclusão socioprodutiva no Turismo do DF (A)

Obstáculos para a inclusão socioprodutiva	Entrevistados	
	SINDHOBAR	SINDIFHORT
	<ul style="list-style-type: none"> - Logística de entrega e sensibilização do governo para meios de escoamento; - Desconhecimento da produção por parte dos empresários; - Rigor da lei; 	<ul style="list-style-type: none"> - Falta de elo entre o mercado de Turismo e os próprios produtores; - Falta de mais investidores no campo, para acesso a créditos com juros mais baixos.

Fonte: elaboração pelos próprios autores.

Tabela 5: Principais obstáculos para a inclusão socioprodutiva no Turismo do DF (B)

Obstáculos para a inclusão socioprodutiva	Entrevistados		
	Emater-DF	Produtor Brazlândia	Produtor Lago Oeste
	<ul style="list-style-type: none"> - Falta de contato com chefes de cozinha; - Falta de consciência por parte dos empresários do turismo; - Falta de logística de entrega; - Imediatismo na venda, por ser meio de subsistência; - Terras não regularizadas, dificulta o acesso a créditos. 	<ul style="list-style-type: none"> - Escassez da mão de obra; - Falta de microcrédito, acessível ao pequeno produtor; - Questão fundiária do DF, terrenos irregulares. 	<ul style="list-style-type: none"> - Aprovação de rótulos de produtos pela DIPCOVA, pela complexidade da legislação; - Insegurança jurídica, pela não possesão da terra, para acesso a créditos; - Escassez de mão de obra.

Fonte: elaboração pelos próprios autores.

Pelo acesso à Plataforma “Põe na Cesta” pôde-se reconhecer que a mesma possui um total de 509 pequenos produtores cadastrados. Levando em consideração o número de produtores do DF, já citado também nesse artigo (mais de 8,2 mil), esses cadastrados não chegam nem a 10% do número total.

Ao questionar os entrevistados sobre os “obstáculos para inclusão socioprodutiva no turismo”, as respostas foram as mais variadas possíveis, conforme as Tabelas 4 e 5, a seguir.

Os obstáculos apresentados pelos entrevistados, destacados nas Tabelas 4 e 5, reflexem a percepção sobre os impasses para se acessar o mercado turístico de Brasília. Destacam-se:

- **Imediatismo na venda:** pontuado pela representante da Emater-DF, este fator revela o delicado contexto socioeconômico em que os produtores estão inseridos. Para grande parte das famílias, a necessidade de vender imediatamente a produção é imprescindível, dado que constitui seu principal meio de subsistência. Diante disso, o produtor não consegue direcionar sua atenção para, por exemplo, a gestão do negócio. *“Isso implica na não longevidade ou concretização de um projeto de futuro e para o futuro. Eles vendem o almoço para comprar a janta”* (Representante da Emater-DF). Essa questão, corrobora com o dado apontado pelo IPEDF (2022), de que a insegurança alimentar alcança cerca de um terço dos domicílios na população rural do DF;
- **Falta de consciência por parte dos empresários do turismo:** fator também apontado pela representante da Emater, revela que é necessária uma maior conscientização empresarial quanto à valorização da produção local. *“Empreendedores de turismo rural que continuam comprando geleia, por exemplo, do mercado, sem saber que ao lado do seu negócio existe a venda de uma geleia artesanal e local”* (representante da Emater-DF). Além disso, a entrevistada destaca que: *“há uma dificuldade de entendimento para enxergar a utilização de produto local como benefício para o próprio negócio”*. Isso demonstra que, o fundamento da comercialização deve superar um paradigma para se pensar um desenvolvimento econômico, social e político, em detrimento da pura acumulação de capital (Leal & Rodrigues, 2018);
- **Escassez de mão de obra:** pontos como alcoolismo, vícios, sobretudo, no uso de drogas, e maneiras mais fáceis de obter renda em contextos urbanos, foram citados como obstáculos, pois, segundo o produtor rural de Brazlândia, *“a produção não espera o funcionário se recuperar”*, o que acarreta na falta de trabalhadores;
- **Complexidade na legislação:** o processo complexo de aprovação de rótulos de produtos, ou mesmo de selos de inspeção sanitária (como tratado por Tasso,

2014), foi apontado como um impasse devido à sua inflexibilidade quanto às condições de produção familiar e, ainda, à dificuldade no processo de solicitação. O representante do SINDHOBAR citou que a rigidez na lei pode desfavorecer ambos os lados: demanda e oferta. Mesmo que o produto seja de boa qualidade, caso o empresário compre de um produtor que ainda não possui os requisitos em questão, isto pode sujeitá-lo a uma fiscalização e/ou penalização monetária;

- **Limitações logísticas para entregas:** a falta de um transporte próprio, também foi tratado como barreira. Mesmo quando se possui, não há viabilidade de entrega em detrimento da distância e da quantidade de produto (por vezes baixa) que será comercializado. A representante da Emater-DF ressaltou que: “*apesar do quadradinho ser pequeno, algumas propriedades ainda são longes*”. O presidente do SINDHOBAR afirmou que, por essa dificuldade, recorrentemente, precisa-se de um intermediário (atravessador) para a logística, o que também aumenta o custo para os consumidores, como grandes restaurantes. Ao encontro dessa afirmação, o produtor rural de Brazlândia citou que, mais do que uma necessidade, a logística é fundamental “*para o consumidor para cortar alguns elos, porque existem os atravessadores, que são os piranguerios, e tiram lucro do produtor*”.
- **Questão fundiária e acesso a créditos:** a insegurança jurídica, a ausência de regularização de terras e os impeditivos para acesso a créditos rurais, também foram citados como fatores cruciais para a comercialização direta.

Por fim, os entrevistados puderam mensurar o grau de “relevância dos nove fatores testados”, segundo pesquisa de Tasso (2014). A escala de avaliação se deu por notas entre “0” e “10”, sendo “0” o fator considerado “sem importância”, “5” como “importante”, e “10” como “indispensável” para a efetivação da comercialização direta com o mercado turístico. Pela Tabela 6 é possível reconhecer as notas atribuídas pelos entrevistados a cada fator.

Conforme as respostas dos entrevistados, ao serem analisadas as médias das notas atribuídas, pôde-se notar que o fator destacado como de menor importância foi a disponibilidade de apresentação de **nota fiscal** pelos produtores (média 5). De acordo com a representante do SINDIFHORT, “*a nota fiscal vem como uma sobrecarga aos produtores. Não deveria ter essa necessidade, uma vez que não pagam o imposto do hortifrutti. Ela vem para onerar os produtores*”.

Em contrapartida, o fator destacado como de maior importância, por unanimidade entre os entrevistados, foi a **capacitação técnica e gerencial** (média 10) dos produtores, reforçando, de acordo com Kraychete e Santana (2012, p. 61), que a inclusão socioprodutiva vai além do acesso ao mercado, mas, dentre os vários aspectos, o acesso a “assistência técnica, continuada e apropriada”.

Tabela 6: Grau de relevância dos fatores testados

FATORES	Entrevistados					Média
	SINDHOBAR	SINDIFHORT	Emater-DF	Produtor Brazlândia	Produtor Lago Oeste	
Nota fiscal	5	4	1	5	10	5
Prazo de pagamento	5	10	5	10	10	8
Produtos já beneficiado	10	5	5	10	10	8
Selos de inspeção sanitária	10	5	7	10	10	8.4
Suficiência na produção	7	10	8	10	10	9
Regularidade no fornecimento	7	10	10	10	10	9.4
Participação em Cooperativa / Associação	10	10	10	10	7	9.4
Logística de entrega	10	9	9	10	10	9.6
Capacitação técnica e gerencial	10	10	10	10	10	10

Fonte: elaboração pelos próprios autores.

Apesar de estudos pretéritos da Codeplan (2015) afirmarem que a agricultura familiar no DF possui capacidade elevada de abstrair considerado nível de mão de obra, e atrair alto grau de empregabilidade, este fator ganhou destaque. A escassez de mão de obra qualificada para o trabalho no campo parece ser um problema crônico. O instrutor técnico rural do SENAR afirmou que este fator é o principal problema no contexto do DF: “*Falta mão de obra qualificada por causa do alcoolismo e drogas, e quando se encontra mão de obra qualificada, esta não se submete ao trabalho de campo necessário. Com a falta de mão de obra, como fica a produção?*”.

É digno de nota que todos os demais sete fatores avaliados receberam notas dos entrevistados que os posicionaram entre os graus de relevância “importante” e “indispensável”, com médias altas, entre 8 e 9,6. Tal fato demonstra, assim como pelo estudo de Tasso (2014), que tais fatores testados devem ser efetivamente considerados no processo de formulação de políticas públicas de inclusão socioprodutiva.

Para além das perguntas previstas no instrumento de pesquisa, as entrevistas permitiram o levantamento de informações relevantes. Afora os nove fatores testados, duas dificuldades no processo de comercialização no mercado de turismo de Brasília foram citadas, também, como de grande influência:

1. **insegurança jurídica** dos pequenos produtores, pela ausência de regularização fundiária em grande parte do território do DF (o que se torna um empecilho e fator de desestímulo aos produtores). “*A gente só faz as*

coisas porque tem coragem mesmo", relatou o produtor rural do Lago Oeste, em Sobradinho. Isso se deve ao histórico "fenômeno do parcelamento irregular de terras rurais públicas e privadas que Brasília sofreu a partir de 1990 e que levou à progressiva desconfiguração do cinturão verde" (Martins & Lima Neto, 2015, p. 16);

2. **problemas com alcoolismo e drogas:** de acordo com os produtores entrevistados, o consumo de álcool e de outras substâncias (já apontado anteriormente) tem se tornado um problema em cadeia, vivenciado cotidianamente. Grupos de pequenos produtores não se comprometem com os equipamentos de alimentação e meios de hospedagem, pois não sabem se terão o necessário apoio periódico de serviços humanos no cultivo, por exemplo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa, ora apresentada, se propôs a reconhecer os principais entraves e potencialidades para efetivação do processo de comercialização direta, entre pequenos produtores rurais do DF e o *trade* turístico de Brasília, como forma de contribuir com a formulação de políticas públicas de inclusão socioprodutiva no turismo. Considera-se que tal objetivo foi alcançado diante das seguintes evidências:

- Quanto à caracterização socioeconômica de Brasília e do DF: trata-se de uma região com um dos maiores índices de desigualdade socioeconômica do Brasil (UN-Habitat, 2014). No território subsistem espaços com renda média per capita que ultrapassam R\$10 mil, e outros que permanecem com pouco mais de meio salário mínimo (IPEDF, 2023). Caracteriza-se por um espaço segregado e com altas disparidades socioeconômicas entre o centro e suas regiões periféricas (Barroso, 2008);
- Quanto à existência de pequenos produtores rurais no DF: ainda que não se tenha clara a quantidade exata (algo em torno de 8.200 produtores), pelo levantamento feito, 03 em cada 04 produtores rurais são de pequeno porte (Emater-DF, 2019), espalhados em 70% do território desta unidade da federação (IPEDF, 2022);
- Quanto às características da produção rural do DF: além da produção majoritária de grãos (trigo, soja e feijão), a horticultura e a fruticultura têm grande relevância quanto ao que se produz regionalmente, representados por hortaliças e alface, além de frutas como goiaba, morango e abacate (Agência Brasília, 2022; ANATER, 2023);
- Quanto ao formato de comercialização atual: feiras maiores, como a CEASA, e menores, como as permanentes das regiões administrativas, são os principais pontos de comercialização dos insumos de produção familiar. A celebração de contratos com

programas e projetos, como de merenda escolar, também constituí parte desse cenário;

- Quanto aos principais obstáculos para a inclusão socioprodutiva: a escassez de mão de obra no campo, a irregularidade dos terrenos no território do DF, a insegurança jurídica para acesso a créditos, o imediatismo na venda (pela necessidade de subsistência) e a falta de consciência por parte do *trade* turístico para viabilização de elos comerciais com os produtores, foram os obstáculos de maior destaque;
- Quanto a relevância dos fatores testados: todos os 09 fatores foram considerados importantes, com maior destaque para a capacitação técnica e gerencial, e a logística de entrega.

Além dos nove fatores testados e analisados, é preciso entender que, ao pensar de fato a inclusão socioprodutiva no turismo do DF, este território carrega consigo características estruturais, históricas e socioeconômicas que devem ser levadas em consideração, como a questão fundiária e a escassez de mão de obra para o campo, qualificada ou não.

Nota-se, portanto, as potencialidades e os numerosos desafios que tangem o processo de desenvolvimento sustentável do turismo no DF, por meio da inclusão socioprodutiva. Ainda assim, tendo tais desafios reconhecidos, e admitindo a relevância do turismo como instrumento de desenvolvimento incluente, um passo importante foi dado em direção à construção de caminhos voltados à sustentabilidade. Certamente, o processo de formulação de políticas públicas de inclusão socioprodutiva no turismo do DF poderá se basear nos dados levantados, como estratégia para pensar em soluções mais eficazes.

Reconhece-se alguns limites desta pesquisa, os quais poderão ser superados por estudos futuros. As entrevistas foram direcionadas a representantes dos grupos organizados e organismos com atuação no tema. É importante considerar, em pesquisas futuras, uma ampliação do diagnóstico, capaz de reconhecer as percepções e avaliações na ponta, junto aos múltiplos empresários do setor produtivo do turismo, bem como dos gestores públicos, como representantes da Secretaria de Turismo do DF.

REFERÊNCIAS

- Agência Brasília. (2022). *Capital cultiva 31,8 mil toneladas de frutas por ano.* <https://www.agenciabrasilia.df.gov.br/2022/02/06/capital-cultiva-318-mil-toneladas-de-frutas-por-ano/>
- Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (ANATER). (2023). *DF: regiões atendidas pela Emater mostra alta diversidade agropecuária.* <https://www.anater.org/index.php/2021/04/23/df-regioes-atendidas-pela-emater-mostra-alta-diversidade-agropecuaria/#:~:text=No%20PAD%20cultivo,promove%20diversidade%20de%20produtos%20agricolas>

- Alves, M. L. B. (2011). Reflexões sobre a pesquisa qualitativa aplicada ao turismo. *Revista Turismo em Análise*, 22(3), 599-613. <https://doi.org/10.11606/issn.1984-4867.v22i3p599-613>
- Antunes, D. d. C., & Conti, B. R. (2019). O Comércio justo e solidário na política pública federal: histórico e perspectivas. *Mercado de trabalho: conjuntura e análise*, 66. https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9938/1/bmt_66_economia_solidaria_o_comercio justo_e_solidario.pdf
- Barroso, E. P. (2008). *Brasília: as controvérsias da utopia modernista na cidade das palavras*. 236 f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade de Brasília, Brasília.
- Bassan, D. S., & Siedenberg, D. R. (2008). Desenvolvimento buscando a redução das desigualdades. In: Becker, D. F; Wittmann, M. L. (Org.). *Desenvolvimento regional: abordagens multidisciplinares*. 2. ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, p. 137-156.
- Bataller, M. A. S., & Botelho, M. L. (2012). O estudo da gentrificação. *Continentes*, Rio de Janeiro, n. 1, p. 9-37. <https://www.revistacontinentes.com.br/index.php/continentes/article/view/5>
- Beni, M. C. (2020). Saturação e Rejeição ao Turismo nas Destinações Turísticas. *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo (RBTur)*, São Paulo, 14 (2), 1-8. <https://doi.org/10.7784/rbtur.v14i2.1847>
- Beni, M., & Moesch, M. (2017). A teoria da complexidade e o ecossistema do turismo. *Revista Turismo - Visão e Ação*, 19(3), 430-457. <https://doi.org/10.14210/rtva.v19n3.p430-457>
- Bertalanffy, L. V. (1968). *Teoría General de los Sistemas*. Nueva York: George Braziller. Primera edición. <https://fad.unsa.edu.pe/bancayseguros/wp-content/uploads/sites/4/2019/03/Teoria-General-de-los-Sistemas.pdf>
- Bombassaro, L. C., Krüggeler, T., & Souza, R. T. (2009). *Democracia e inclusão social: Desigualdade como desafio para a sociedade e a igreja no Brasil*. [s.l.]: Porto Alegre: EDIPUCRS.
- Brasil. Palácio do Planalto. (2023, 30 de abril). *Brasília, Patrimônio Cultural da Humanidade*. <http://www4.planalto.gov.br/restauracao/brasilia-patrimonio-cultural-da-humanidade>
- Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). (2012). Editais para Projetos de Inclusão Produtiva. <http://www.fomezero.gov.br/editais-de-inclusao-produtiva/>
- Chayánov, A. V. (1974). *La organización de la unidad económica campesina*. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (2023). *Cidades e Estados*. (s.d.). <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados.html?view=municipio>
- Companhia de Planejamento do Distrito Federal (CODEPLAN). (2015). *Agricultura familiar no Distrito Federal*. <https://www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/02/Agricultura-Familiar-no-DF-Dimensões-e-Desafios.pdf>
- Coutinho, A., Nóbrega, W. R. M., Fazito, M. (2020). Turismo e medo do crime: reflexões sobre a política de desenvolvimento urbano no centro histórico de Natal/RN. *Novos Cadernos NAEA*, Belém, v. 23, n. 3, p. 81-104.
- Dall'agnol, S. (2012). Impactos do Turismo x Comunidade Local. In *VII Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul*. Universidade de Caxias do Sul. https://www.ucs.br/ucs/eventos/seminarios_semitur/semin_tur_7/arquivos/02/06_Dall_Agnol.pdf
- Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal (Emater-DF). (2019, 26 de julho). *De cada 4 produtores rurais do DF, 3 são agricultores familiares*. <https://emater.df.gov.br/de-cada-4-produtores-rurais-do-df-3-sao-agricultores-familiares/>
- Fonteles, J. O. (2008). *Reconstrução de Territórios e Identidade: um olhar sobre Jericoacoara – Ceará*. *Mercator*, Fortaleza, v.4, n.8.
- Goldenberg, M. (2011). *A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: Record.
- Governo do Distrito Federal (GDF). (2019, 19 de dezembro). *Plano Estratégico Distrito Federal 2019 - 2060*. https://www.cg.df.gov.br/wp-content/uploads/2019/06/01.Book_PEDF.pdf
- Governo do Distrito Federal (GDF). (2022). *Lei Orgânica do Distrito Federal*. <https://www.fazenda.df.gov.br/aplicacoes/legislacao/legislacao/TelaSaidaDocumento.cfm?txtNumero=0&txtAno=0&txtTipo=290&txtParte=>
- Inframerica. (2023, 22 de maio). *Dados Operacionais. Aeroporto de Brasília*. <https://www.bsb.aero/institucional/dados-operacionais>
- Instituto de Pesquisa e Estatística do Distrito Federal (IPEDF). (2022, 30 de abril). *Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - PDAD Rural*. <https://www.ipe.df.gov.br/wp-content/uploads/2022/03/Relatorio-final-Pesquisa-Distrital-por-Amostra-de-Domiciliios.pdf>
- Instituto de Pesquisa e Estatística do Distrito Federal (IPEDF) (2023, 03 de abril). *Boletim de Conjuntura do DF*. https://www.ipe.df.gov.br/wp-content/uploads/2023/04/boletim_conjuntura_4T2022_03-04-2023.pdf
- Kılıç, S., & Yanikoğlu, Ö. P. (2023). Breaking the Barriers: an analysis of diversity, equity, and inclusion strategies in the global aviation industry. *Tourism in Southern and Eastern Europe (ToSEE)*, 01(07), 189-199. <https://doi.org/10.20867/tosee.07.13>
- Kraychete, G., & Santana, A. (2012). Economia dos Setores Populares e Inclusão Socioprodutiva: Conceitos e Políticas Públicas. *Mercado de Trabalho*, 52, 55-62. https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/mercadodetrabalho/bmt52_econ03_economiaossetores.pdf
- Krippendorf, J. (2016). *The Holiday Makers: Understanding the Impact of Leisure and Travel*. Oxford: Routledge, 2016.
- Kunz, J. G. (2012). O turismo como indutor de desenvolvimento: revisitando as dimensões ambiental, econômica e sociocultural. *Turismo & Sociedade*, 5(1), 144-163. <https://revistas.ufpr.br/turismo/article/view/25384>
- Leal, K. S., & Rodrigues, M. d. S. (2018). Economia solidária: conceitos e princípios norteadores. *Humanidades & Inovação*, 5(11). <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/844>
- Liu, Z. (2003). Sustainable tourism development: a critique. *Journal of Sustainable Tourism*, [s. l.], vol.11, no. 06, p. 459-475. <https://doi.org/10.1080/09669580308667216>
- Martins, A. d. A. C., & Lima Neto, V. C. (2015, 13 de julho). *Dependência do automóvel, planejamento urbano e a cidade de brasília*. IPEA. https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/6537/1/td_2163.pdf
- Moesch, M. M. (2004). *Epistemologia Social do Turismo*. Tese (doutorado), Escola de Comunicação e Artes/Universidade de São Paulo, São Paulo: USP.
- Morin, E. (2005). *Introdução ao Pensamento Complexo*. 5 ed. Porto Alegre: Sulina.
- Moser, G., Francisco, T. H. A., & Guerra, J. B. S. O. de A. (2024). O Papel das Comunidades Locais na Sustentabilidade dos Destinos Turísticos: estudo exploratório sobre as possibilidades para o Turismo de Base Comunitária. *Revista De Estudos Interdisciplinares*, 6(2), 01-17. <https://doi.org/10.56579/rei.v6i2.1367>

- Niederle, P. A. (2017). Afinal, que Inclusão produtiva? A contribuição dos novos mercados alimentares. In Delgado, G. C, Bergamasco, S. M. P. P. (orgs.). *Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário.
- Observatório do Turismo do Distrito Federal (OTDF). (2023, 27 de maio). Números do Turismo em Brasília. <http://www.observatorioturismo.df.gov.br/>
- Organização Internacional do Trabalho (OIT). (2006, 12 de abril). *Trabalho decente nas Américas: uma agenda hemisférica, 2006-2015*, p.89. https://www.ilo.org/wcms5/groups/public/-/americas/-/ro-lima/-/ilo-brasilia/documents/publication/wcms_226226.pdf.
- Paviani, A. (2010). *Brasília - Ideologia e Realidade - Espaço Urbano em Questão*. 392 p. Brasília: EDU-Unb.
- Sachs, I. (2004). *Desenvolvimento: incluente, sustentável, sustentado*. Rio de Janeiro: Garamond.
- Sampaio, F., & Flores, M. (2002). Comércio ético e solidário e a agricultura familiar brasileira: um outro mercado é possível? In: França, C. L. (org.). *Comércio Ético e Solidário no Brasil*. São Paulo, Fundação Friedrich Ebert / ILDES.
- Sell, J. C. V., Zimmermann, A., Bastos, G. D., & Ferreira, P. de F. (2023). Progredir Geoparque Quarta Colônia: qualificação profissional para geração de renda nas áreas de turismo e cultura. *Physis Terrae - Revista Ibero-Afro-Americana De Geografia Física E Ambiente*, 5(2-3), 263-269. <https://doi.org/10.21814/physisterrae.5571>
- Pereira, A. S. B., & Avena, B. M. (2018). Brasília: espaço urbano e segregação. *Cenário: Revista Interdisciplinar em Turismo e Território*, 6(10), 101-110. <https://doi.org/10.26512/revistacenario.v6i10.18904>
- Schmitt, C. J. (2011). Redes, atores e desenvolvimento rural: perspectivas na construção de uma abordagem relacional. *Sociologias*, v.13, n. 27, p. 82-112. scielo.br/j/soc/a/k4kpdGg6DzPTyWpwFDLbpkR/?format=pdf&lang=pt
- Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae). (2021, 13 de julho). *Inclusão Produtiva* Sebrae. <https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/sp/programas/inclusao-produtiva-sebrae,52f1a1bce6627710VgnVCM1000004c00210aRCRD>
- Secretaria de Desenvolvimento Econômico Trabalho e Renda (SEDET). Economia brasiliense cresceu 4,3% em 2022. (2023, 3 de abril). <https://sedet.df.gov.br/economia-brasiliense-cresceu-43-em-2022/>
- 2022/#:~:text=Em%202022,%20a%20economia%20brasiliense,no%20quarto%20trimestre%20de%202022. Acesso em 17 mai, 2023.
- Silva, S. P. (2020, 20 de dezembro). *A Inclusão produtiva como eixo de política de proteção social: contexto latino-americano e questões para a realidade brasileira*. Rio de Janeiro: Ipea. https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10293/1/td_2605.pdf
- Souza, F. V. F. (2013). Assistência social e inclusão produtiva: algumas indagações. *O Social em Questão*, 16(30), 287-298.
- Tadioto, M. V., Campos, L. J., & Vianna, S. L. G. (2022). Epistemologia do turismo: um estudo sobre as correntes teóricas predominantes nas publicações em turismo Ibero-Americanas. *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo (RBTur)*, São Paulo, 16, e-2361. <http://doi.org/10.7784/rbtur.v16.2361>
- Tasso, J. P. F. (2014). *À procura da inclusividade: estudo sobre os fatores de inclusão socioeconômica em destinos turísticos brasileiros* [Tese de doutorado]. Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS/UnB). Brasília: Universidade de Brasília.
- Tasso, J. P. F., Nascimento, E. P., Costa, H. A. & Silva, D. L. B. (2021). Beneficiários da exclusão: obstáculos para a inclusão socioeconômica em destinos turísticos brasileiros. *Brazilian Journal of Development*, 7(10). <https://doi.org/10.34117/bjdv7n10-395>
- Telles, D. H. Q., & Valduga, V. (2015). O "Espaço Turístico" a Partir da Multiescalaridade Territorial: complexidade e sistematização conceitual. *Anais Brasileiros de Estudos Turísticos*, 5(3), 8-16. <https://periodicos.uff.br/index.php/abet/article/view/3099>
- Theobald, W. F. (2002). *Turismo Global*. 2. ed. Traduzido por: Ana Maria Capovilla; Maria Cristina Guimarães Cupertino e João Ricardo Barros Penteado. São Paulo: SENAC.
- United Nations Human Settlements Programme (UN-HABITAT). (2014, 08 de dezembro). *Construction of More Equitable Cities: Public Policies for Inclusion in Latin America*. Kenya: CAF. <https://unhabitat.org/sites/default/files/download-manager-files/Constructionmoreequitablecitiessmall.pdf>
- World Tourism Organization (UNWTO). (2015, 12 de dezembro). *Código Mundial de Ética do Turismo*. https://www.each.usp.br/turismo/livros/codigo_de_etica_mundial_para_o_turismo_UNWTO.pdf
- World Tourism Organization (UNWTO). (2019, 12 dezembro). *International Tourism Highlights, 2019 Edition*. Madrid: UNWTO. <https://doi.org/10.18111/9789284421152>.

CRediT author statement

Term	Definition	Author 1	A2	A3	A4
Conceptualization	Ideas; formulation or evolution of overarching research goals and aims	x	x		
Methodology	Development or design of methodology; creation of models	x	x		
Software	Programming, software development; designing computer programs; implementation of the computer code and supporting algorithms; testing of existing code components	x	x		
Validation	Verification, whether as a part of the activity or separate, of the overall replication/ reproducibility of results/experiments and other research outputs	x	x		
Formal analysis	Application of statistical, mathematical, computational, or other formal techniques to analyze or synthesize study data	x	x	x	x
Investigation	Conducting a research and investigation process, specifically performing the experiments, or data/evidence collection	x	x		
Resources	Provision of study materials, reagents, materials, patients, laboratory samples, animals, instrumentation, computing resources, or other analysis tools	x	x	x	x
Data Curation	Management activities to annotate (produce metadata), scrub data and maintain research data (including software code, where it is necessary for interpreting the data itself) for initial use and later reuse	x	x	x	x
Writing - Original Draft	Preparation, creation and/or presentation of the published work, specifically writing the initial draft (including substantive translation)	x	x		
Writing - Review & Editing	Preparation, creation and/or presentation of the published work by those from the original research group, specifically critical review, commentary or revision – including pre- or post-publication stages	x	x	x	x
Visualization	Preparation, creation and/or presentation of the published work, specifically visualization/ data presentation	x			
Supervision	Oversight and leadership responsibility for the research activity planning and execution, including mentorship external to the core team		x		

Term	Definition	Author 1	A2	A3	A4
Project administration	Management and coordination responsibility for the research activity planning and execution	x	x		
Funding acquisition	Acquisition of the financial support for the project leading to this publication	x			

Source: reproduced from Elsevier (2022, s/p), based upon Brand et al. (2015).

Processo Editorial / Editorial Process / Proceso Editorial

Editor Chefe / Editor-in-chief / Editor Jefe: PhD Thiago D. Pimentel (UFJF).

Recebido / Received / Recibido: 23.01.2025; Revisado / Revised / Revisado: 29.10.2025; Aprovado / Approved / Aprobado: 28.11.2025; Publicado / Published / Publicado: 29.12.2025.

Artigo ressubmetido / Resubmitted paper / Artículo reenviado.

Documento revisado às cegas por pares / Double-blind peer review paper / Documento revisado por pares ciegos.